

| 874 | URBANISMO E FORMAÇÃO PERIFÉRICA: “TEM SIDO UMA LONGA VIAGEM, JORGE”

Ana Paula Koury

Resumo

Este artigo discute a contribuição da Cepal- Comissão Econômica para a América Latina na obra de Jorge Wilhem na década de 1960. Principalmente na formulação das diretrizes da política urbana à partir do resultado do Grupo de Trabalho sobre a execução dos programas de planejamento urbano e de habitação no Seminário de Habitação e Reforma Urbana realizado em 1963 no Rio de Janeiro e em São Paulo e na obra *Urbanismo no Subdesenvolvimento* publicada em 1969. A concepção de planejamento que caracteriza a CEPAL, sua articulação com a realidade social e política latino americana para a elaboração de planos concretos de desenvolvimento afastam as suas formulações tanto do campo estrito da teoria formulada nos moldes acadêmicos como daquela que condicionava as transformações necessárias à uma revolução social. O planejamento urbano como um instrumento político de atuação na realidade, informado por uma análise histórica do problema sócio-espacial foram alguns dos elementos herdados do pensamento Cepalino e que distinguem a contribuição de Jorge Wilhem no conjunto da produção sobre o tema.

Palavras-Chave: Urbanismo na América Latina, Urbanismo e subdesenvolvimento, História do planejamento urbano

Introdução

A frase de Manuel Castells no prefácio do livro *A obra pública de Jorge Willheim* (Wilhem, 2003, p. 9) nos dá a pista do longo percurso teórico realizado pelos autores, que se dedicaram a interpretar os padrões de crescimento das cidades formadas no pólo dependente do capitalismo. Uma interpretação que não se confortou com a crítica acadêmica, mas, que desde sua origem, foi destinada a construir caminhos para a autonomia latino-americana ainda que estes seguissem direções distintas e fossem reavaliados “a cada passo do caminho”.

O primeiro passo dado para a formulação de um marco analítico autônomo baseado na especificidade do subdesenvolvimento está na obra de Caio Prado Jr *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). Sua obra supera as interpretações da formação cultural brasileira pautadas pela chave do iberismo tomado, ora como positividade, ora como negatividade, que determinaram no plano da cultura os problemas nacionais (Nogueira, 2000).

O sucesso da etapa colonial em sua relação funcional com o desenvolvimento do capitalismo europeu representaria o fracasso na constituição de uma sociedade autônoma no período seguinte. A complementaridade do clima tropical, propiciou por um lado o cultivo de uma agricultura também complementar à européia e que, portanto, alcançaria grande

valor no mercado europeu e, por outro lado, a dificuldade do povoamento frente à uma natureza tropical de grandes desequilíbrios, inóspita ao colonizador europeu, ambas as características reforçariam o tipo de relação de exploração que desde o início marcou a formação brasileira. Atraindo para cá um tipo de colonizador-dirigente que contando com “cabedais e aptidões” não se dispõem ele mesmo a trabalhar mas a dirigir uma empresa cuja finalidade última é a exploração. Esta marca de formação caracterizaria, para o autor o desenvolvimento do Brasil contemporâneo.

“Viria como dirigente da produção de grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam para ele.

Nesta base se realizaria uma primeira seleção entre os colonos que se dirigem respectivamente para um e outro setor do novo mundo: o temperado e os trópicos. Para estes, o europeu só se dirige, de livre e espontânea vontade quando dispõem de cabedais e aptidões para isto; quando conta com outra gente que trabalhe para ele.” (Prado Jr, C., 2006, p. 28-29)

Entretanto um arcabouço teórico específico para o “subdesenvolvimento” caracterizado como manifestação periférica do desenvolvimento econômico seria formulado apenas mais tarde no âmbito da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe).

Criada em 1948, e ligada às Nações Unidas a Cepal conseguiu manter uma orientação independente dos Estados Unidos e se constituir em um profícuo canal de produção teórica e também instrumental para o desenvolvimento da América Latina em direção à sua autonomia política e econômica. Induzir a industrialização seria a forma encontrada para isso, entretanto que tipo de industrialização deveria ser induzida e como, foram as ampliações naturais deste debate e que ressoaram profundamente nas transformações urbanas em curso no país principalmente à partir da década de 1940.

A atração exercida pelas cidades que se modernizavam levou ao intenso êxodo rural que caracteriza o período, entretanto a concentração de mão de obra nas cidades foi fundamental para a industrialização brasileira neste período, e constituiu-se, ao mesmo tempo, em um elemento estratégico para o desenvolvimento econômico industrial, como reserva abundante de força de trabalho, e em um potencial político de apoio à instalação da nova ordem social, base da política trabalhista sobre a qual se funda o ciclo do desenvolvimentismo brasileiro. Por outro lado o agravamento das condições de vida e de alojamento nas grandes cidades colocava em risco a própria organização social que condicionava a escalada da urbanização da população brasileira que entre 1940 e 1970 alcançou cerca de 40 milhões de pessoas. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2011).

As análises do tipo de cidade decorrente deste processo e as críticas ao planejamento do setor da indústria da construção e de sua interação com a política habitacional brasileira são contribuições importantes neste debate técnico, que tem como marco o I Congresso de Habitação realizado em 1931 até as críticas direcionadas àquela que foi a maior política federal de habitação, o Banco Nacional de Habitação (BNH), criado em março de 1964 associado ao Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e que funcionou até 1986.

O I Congresso de Habitação promovido pelo Instituto de Engenharia marca o início de um debate sobre a necessidade de organização funcional da mão de obra para o desenvolvimento econômico e para o progresso da indústria nacional. Neste mesmo sentido as Jornadas de Habitação Econômica promovidas pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) na década seguinte e as diversas instituições formadas para o incremento das tecnologias civis representam a associação das orientações políticas do novo governo e os interesses dos setores técnicos organizados, para o enfrentamento do problema da habitação e da explosão demográfica das cidades sob a perspectiva da industrialização, considerando não apenas as suas condições sanitárias- como havia sido a tônica das intervenções no século XIX- mas a sua localização urbana, as técnicas de construção adequadas à produção massiva de habitação e sua integração ao sistema de transportes, ou seja o planejamento urbano adquire, no debate técnico especializado entre engenheiros e arquitetos e em parte da administração pública uma função importante para a consolidação da cidade industrial brasileira. (Leme, 1999)

Entretanto as contradições que se apresentam para a sua superação transformam a tarefa do planejamento em uma longa jornada missionária e a conformação das características do desenvolvimento periférico uma resposta aos entraves que se apresentam.

A formação urbana periférica: linhas gerais de abordagem

Muitos autores se dedicaram a interpretar os padrões de crescimento das cidades formadas no pólo dependente do capitalismo mobilizando um variado arcabouço teórico para a interpretação do problema. As análises inaugurais da especificidade da formação da cidade brasileira são àquelas derivadas das várias interpretações da herança cultural do iberismo, tendo como referência o seminal capítulo “o sementeiro e o ladrilhador” de Sérgio Buarque de Holanda em Raízes do Brasil. O deslocamento das análises baseadas nas especificidades culturais para àquelas que colocam no centro da questão urbana o problema econômico, marcam um segundo momento interpretativo.

Os trabalhos de *Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500 a 1720)* de Nestor Goulart Reis Filho¹ e *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana* de Paul Singer, ambos publicados em 1968 consolidam esta passagem.

Reis (1968) explicita a relação funcional que se estabelece entre a rede urbana fundada na América portuguesa durante o período colonial e a ampliação da urbanização europeia. Em uma tese defendida perante os naquela época já consagrados autores da história urbana, Aroldo de Azevedo, Dirceu Lino de Mattos, Eurípedes Simões de Paula, Paulo F Santos e Sérgio Buarque de Holanda, sua contribuição não foi apenas a de contrapor uma documentação que apresentava modelos portugueses, comprovando com isso a intenção e a capacidade do colonizador em organizar a empresa agrícola que aqui instalava a partir de um controle realizado por uma considerável rede urbana, mas explicitou a complexa relação entre a organização local e internacional, problema central nas discussões sobre o dependentismo, que foram colocadas em outros termos anos mais tarde nexos explicitados apenas após a onda das ditaduras latino americanas.

O trabalho de Singer (1968), irá tratar a dinâmica econômica da urbanização e “os seus efeitos integrativos sobre a economia do país”. Embora dividido em cinco cidades localizadas nas principais regiões econômicas do país sua análise sempre se realiza comparando os fenômenos locais com em relação à dinâmica extra-local e a função complementar entre as regiões produtivas.

Entre o conjunto das interpretações sobre a especificidades da formação urbana à partir da condição periférica do capitalismo àqueles que se originaram da pauta cepalina como o de Jorge Wilhem *Urbanismo no Subdesenvolvimento* de 1969 constituem uma vertente que associou a questão tecnológica, a industrialização e o planejamento como forma de interferir de modo global na realidade da estruturação e produção do espaço urbano. Elementos que irão constar tanto do texto das propostas que originaram-se Grupo de Trabalho sobre a execução dos programas de planejamento urbano e de habitação no Seminário de Habitação e Reforma Urbana realizado em 1963 e do texto

Milton Santos (1993) realiza uma ampla apresentação da bibliografia que trata de explicar a partir de generalizações de casos específicos o fenômeno da urbanização brasileira. Entretanto o debate sobre a formação periférica de se diversificaria em várias matrizes interpretativas apenas alguns anos mais tarde, no final dos anos sessenta com a publicação dos livros de Henry Lefèvre *O Direito à Cidade* e de Manuel Castells *A questão Urbana* e

¹ Defendido como tese de livre docência em 1964.

escritos entre 1968 e 1969 respectivamente e com a difusão da teoria da marginalidade nos anos setenta (Arantes, 2009), trabalhos que trariam novas perspectivas analíticas à produção acadêmica brasileira.

A Pauta Cepalina e o problema do subdesenvolvimento

A concepção de planejamento que caracteriza a CEPAL, sua articulação com a realidade social e política latino americana afastam as suas formulações do campo estrito da teoria formulada nos moldes acadêmicos. Constituindo a transformação social como uma finalidade a ser alcançada através de um plano de desenvolvimento econômico e social a contribuição cepalina afastou-se, também do pensamento de esquerda radical que condicionou as transformações necessárias à uma revolução social em moldes socialistas. O planejamento urbano como um instrumento político de atuação na realidade, informado por uma análise histórica do problema sócio-espacial e a articulação do planejamento com o desenvolvimento tecnológico foram os elementos herdados do pensamento Cepalino.

Embora grande parte da pauta da Cepal pudesse ser identificada ao “ponto quatro da doutrina Truman” no qual se definiu uma forma de assistência técnica aos países latino americanos com o objetivo de conter os problemas sociais e o avanço do bloco socialista na América Latina sem que fosse necessário o emprego de capitais, estes empenhados na reconstrução européia (Ribeiro, 2006, p. 39), concretamente, a brecha aberta pela organização logo deslizou para um importante instrumento voltado para a autonomia econômica, técnica e política da América Latina. Dirigida pelo economista Raul Prebisch “criador e por vários anos dirigente do Banco Central da Argentina” (Furtado, 1985, p. 58) e tendo Celso Furtado como Diretor da Divisão de Desenvolvimento, a Cepal “elaborou um amplo e original sistema analítico, que constituiu um poderoso instrumento de compreensão do processo de transformação das economias latino-americanas.” (Bielschowsky, 2000, p. 16). O episódio que marca o quase encerramento de suas atividades na Conferência do México em 1951 atesta nas palavras de Celso Furtado, que a Cepal “(...) tinha se transformado em símbolo do esforço de união da América Latina em sua luta para escapar das tenazes do subdesenvolvimento.” (Furtado, 1985, p. 119)

Uma formulação específica caracterizada como “elementos para uma teoria do subdesenvolvimento” foi publicada em 1961 por Celso Furtado em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. A questão do subdesenvolvimento no final da década de sessenta transforma-se em tema chave de um conjunto de trabalhos que extrapolam os limites das análises econômicas, dando origem a uma série de publicações, além da já citada *Urbanismo*

no *subdesenvolvimento* (1969) de Jorge Wilhelm, também *Urbanização e subdesenvolvimento* (1969) organizado por Luiz Pereira, *Vanguarda e Subdesenvolvimento* (1969) de Ferreira Goulart e *Literatura e Subdesenvolvimento* (1970) de Antônio Cândido. A chave interpretativa havia sido formulada.

Jorge Wilhelm e a Reforma Urbana em 1963

A primeira tentativa de ampla mobilização em torno de uma Reforma Urbana acontece meses antes do golpe de 1964. No contexto das Reformas de Base e do Plano Trienal elaborado por Celso Furtado em sua breve estadia como primeiro titular do Ministério do Planejamento do Governo de João Goulart.

O SHRU foi uma iniciativa do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Servidores do Estado (Ipase). O encontro teve duas etapas: a primeira no Rio de Janeiro, no Hotel Quitandinha, nos dias 24, 25, 26 e julho de 1963, e a segunda em São Paulo, na sede do IAB, nos dias 29, 30 e 31 de julho deste mesmo ano.

Durante o seminário, foram discutidos quatro temas centrais em quatro grupos de trabalho distintos, abordando importantes temáticas referentes aos problemas contemporâneos da arquitetura e do urbanismo brasileiro:

- 1- a situação habitacional do País: exposição e análise das condições atuais;
- 2- a habitação e o aglomerado humano;
- 3- a reforma urbana: medidas para o estabelecimento de uma política de planejamento urbano e de habitação;
- 4- a execução dos programas de planejamento urbano e de habitação.

As questões levantadas pelos grupos de trabalho foram debatidos em plenárias com os participantes do evento e, desta discussão final, originou-se o documento final do Seminário, publicado na íntegra pela revista oficial do IAB RJ, *ARQUITETURA*, nº 14, de setembro de 1963. O texto divide-se em considerações, afirmações e propostas, sendo que este último item contém uma série de orientações para a Política Nacional de Habitação e Reforma Urbana. O conteúdo foi levantado a partir dos relatórios dos grupos 3 e 4, coordenados por Joaquim Guedes e Jorge Wilhelm, respectivamente.

Resultou do grupo de trabalho coordenado por Jorge Wilhelm o anteprojeto de lei de reforma urbana, que passou por revisão elaborada pelo grupo de trabalho coordenado por Joaquim Guedes e se transformou no anteprojeto de lei de política urbana que cria o Banco Nacional de Habitação (BNH), o Plano Nacional de Habitação e o Plano Emergencial.

Este anteprojeto de lei foi transformado no projeto de lei nº 87, de 1963, apresentado pelo Deputado Floriceno Paixão, que estabelece o Plano Nacional de Habitação (PNH), cria o Conselho Nacional de Habitação (CNH) e institui o Fundo Nacional de Habitação (FNH), reformulando a legislação relativa à Fundação da Casa Popular (FCP), e centralizando os recursos na tentativa de efetivamente criar as condições necessárias para equacionar um dos principais problemas dos centros urbanos: a moradia.

O Seminário aglutina um conjunto de propostas de várias instituições, resultado de discussões de diversos congressos, sendo bastante representativo da pauta dos arquitetos e, de certo modo, também do Estado naqueles anos. Na solenidade de abertura do evento, houve a leitura de uma mensagem presidencial de apoio à iniciativa e um discurso do então presidente do IPASE, Clidenor de Freitas. Também houve repercussão na Câmara dos Deputados, como mostra discurso de apoio às propostas do Seminário pelo deputado Arthur Lima Cavalcanti e também uma mensagem do presidente ao Congresso Nacional, em que falava dos problemas da habitação e do planejamento urbano no país. A repercussão das propostas e o apoio do Estado demonstram a premência da iniciativa e a sensibilidade do poder público para as questões propostas no Seminário .

As propostas incluem medidas para enfrentar problemas centrais como a renda da terra, a elaboração de uma política de Reforma Urbana, e de um Plano Nacional de Habitação. No conjunto, foram uma tentativa de equacionar os entraves causados pela propriedade privada do solo urbano no planejamento e crescimento coordenado das cidades e de disponibilizar áreas de interesse social para a produção em massa de moradias e equipamentos sociais.

Destacam-se algumas preocupações que demonstram a abrangência do debate. No campo do desenvolvimento tecnológico saíram propostas de realização de pesquisas de materiais para o desenvolvimento da industrialização das construções, como a padronização e normatização (coordenação modular), visando facilitar os processos de pré-fabricação parcial de habitações.

No campo da iniciativa privada, as preocupações foram com a geração de uma demanda estável, através do Plano Nacional de Habitação, para que as empresas privadas pudessem investir capitais com segurança em máquinas e equipamentos de produção em larga escala.

No campo das soluções emergenciais, a adoção de medidas sustentáveis em casos de sub-habitação concentrou os participantes.

No campo do desenvolvimento metropolitano, a elaboração de uma legislação compatível com o modelo de expansão periférico das cidades foi o principal ponto de discussão.

As propostas efetivas foram :

(a) quanto ao problema urbanístico e habitacional

O limite ao direito de propriedade do solo urbano, propondo a alteração do parágrafo 16 do Artigo 141 da Constituição Federal, pela remoção das palavras “prévia” e “em dinheiro”. Isso permitiu que o governo escolhesse a forma de indenização para a desapropriação de áreas consideradas de interesse social.

A legislação foi adequada à forma de expansão periférica dos grandes centros urbanos da seguinte maneira: “que o congresso nacional altere a legislação em vigor para que, nas áreas de concentração urbana, constituídas por municípios diferentes, sejam criados órgãos de administração que consorciem as municipalidades, para a solução dos seus problemas comuns, tendo em vista particularmente as questões de organização do território e habitacionais”.

(b) quanto ao problema tecnológico

Nesse caso, a mudança na legislação foi: “Adotar as providências necessárias para o incremento da indústria de materiais de construção e desenvolvimento de processos tecnológicos, tendo em vista a padronização, a estandardização, desses materiais e a possibilidade de processos de pré-fabricação”.

(c) quanto ao problema emergencial

As propostas indicam uma política de investimentos estatais voltada para o desenvolvimento comunitário, aproveitando a mão-de-obra local em oficinas e pequenas indústrias locais, estimulando as iniciativas de ajuda-mútua e esforço próprio para a melhoria das condições de moradia .

(d) quanto aos instrumentos efetivos de realização das propostas do Seminário

Foi proposta a criação de um órgão único e central, executor da política urbana e habitacional, que concentrasse recursos para a ação em escala nacional.

Na defesa da criação dos Conselhos de Política Urbana (Copurbs), o arquiteto Jorge Wilhelm, em artigo pouco posterior à sistematização do evento, deixa transparecer a articulação existente entre a política urbana e habitacional e os instrumentos efetivos de sua prática: o planejamento urbano e o desenvolvimento das técnicas de pré-fabricação.

"As conclusões do seminário foram transformadas, com algumas modificações do deputado Arthur Lima Cavalcanti (e que, aliás, é um

arquiteto pernambucano), em um projeto de lei que cria um órgão executor da política urbana; a seguir, a assessoria técnica da presidência transformou esse anteprojeto em outro, que cria o COPURB (conselho de política urbana). (...) A nova entidade respeitará, naturalmente, os planejamentos regionais existentes, mas jogará com maior liberdade os recursos reunidos (e eventualmente dispersos) das carteiras imobiliárias dos IAPs, das Caixas Econômicas e de autarquias especializadas e ineficientes". (Wilheim, 1964).

Sobre as atribuições dos Copurbs, o autor acrescenta:

"Destarte o Copurb poderá estabelecer listas de prioridades e fornecer meios para a elaboração de planos diretores e possibilitará tal benefício a municípios e regiões sem recursos. Sua regulamentação abordará o problema das taxas imobiliárias e poderá com o tempo interferir nos níveis de locação e venda dos imóveis. A fusão de recursos e o planejamento de sua distribuição possibilitarão a criação da indústria de pré-fabricados nas regiões em que for mais conveniente à execução de planos habitacionais de grande envergadura". (Wilheim, 1964).

As propostas do Seminário agregam-se ao conjunto de transformação da sociedade brasileira anunciadas pelas reformas propostas pelo governo de João Goulart e prometiam realizar passos importantes na estruturação espacial das cidades para abrigar o desenvolvimento capitalista brasileiro em novas bases de atendimento das demandas sociais.

A confiança na possibilidade transformadora de uma "indústria nacional" e das reformas de base anunciadas pelo governo de João Goulart (1961-1964) levou à elaboração de um amplo programa de política habitacional e urbana, que previa o incremento do setor da construção civil através do desenvolvimento da indústria de materiais e de novos sistemas construtivos e do mercado imobiliário, que devidamente regulado poderia encontrar no setor habitacional financiado pelo Estado um mercado estável para o qual dirigir seus recursos. O golpe militar de 1964 colocaria em evidência os limites desta formula progressista.

Urbanismo e Subdesenvolvimento

O livro de Jorge Wilheim adota o instrumental analítico formulado pela Cepal para compreender a realidade em que vai atuar e propor diretrizes do urbanismo no subdesenvolvimento. As condições da industrialização periférica, as relações entre cidade e região, técnica e desenvolvimento, o papel da indústria da construção civil na absorção da mão de obra urbana, enfim considerações gerais sobre as quais se assentam um conjunto de experiências práticas desenvolvidas junto à empresa Serete e que são apresentadas na terceira parte do livro.

A Serete fundada entre o final dos anos 1950 e o início dos anos de 1960 a empresa elaborou um conjunto significativo de projetos para várias cidades brasileiras e contou com uma equipe multidisciplinar composta por economistas e sociólogos entre os quais Wilhelm menciona Francisco de Oliveira, Gabriel Bollaffi e Milton Bacha (Wilhelm, 2003, p. 49)

Muitos dos temas abordados no livro também haviam sido tratados no Grupo de Trabalho sobre a execução dos programas de planejamento urbano e de habitação no Seminário de Habitação e Reforma Urbana realizado em 1963. Evidenciam portanto uma vertente de atuação do planejamento que bebeu diretamente na fonte Cepalina e originou uma forma de planejamento voltado para a transformação das condições de produção do espaço de modo abrangente, considerando a difusão tecnológica de padrões construtivos trabalho intensivos, a transformação das condições econômicas e a inserção urbana na economia regional.

Ainda no final dos anos 1950, autores como Françoise Perroux e Gunnar Myrdal lançaram os elementos para uma teoria do Subdesenvolvimento, e influenciaram a estruturação do pensamento econômico enraizado territorialmente, e que informou diversos agentes da cena política brasileira.

Considerações Finais e apontamentos para um debate

Retomar o debate sobre urbanismo e desenvolvimento à luz de novas perspectivas de atuação do Estado brasileiro, é uma tarefa que não deve ser realizada sem que este quadro teórico seja remontado e situado historicamente. O objetivo é revelar a funcionalidade dos modelos adotados na sociedade que os produziu. Caso contrário, correremos o risco de cair na armadilha da história e obter resultados inversos ao que imaginamos, acreditando que o sucesso obtido no ciclo do desenvolvimentismo brasileiro (1930-64) possa ser reproduzido simplesmente com a reposição das suas fórmulas, sem nos embrenharmos no sacrifício da batalha que originou a sua produção.

O enigma do subdesenvolvimento brasileiro foi o desafio inicial que pautou o esforço de uma geração de autores, que provindos de formações distintas mas pautados pelo mesmo desejo de superação de sua realidade histórica, puseram-se a analisar a sua especificidade, inventado seus instrumentos analíticos, e provocando fissuras profundas na reprodução histórica do atraso.

Referências Bibliográficas

- Arantes, P. Em busca do urbano: Marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. São Paulo: *Novos Estudos Cebrap*. N. 83, março de 2009 p. 103 a 127.
- Bielschowsky, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- Bresser Pereira, S. B. Brasil, Sociedade Nacional Dependente. São Paulo *Novos Estudos Cebrap* N. 93 Julho de 2012, p. 101 a 122.
- Furtado, C. A Fantasia Organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- Furtado, C. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- Holanda, S. B (1936). Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.
- Iglésias, F (Org.) . Caio Prado: História. São Paulo: Editora Ática, 1982.
- Koury, A. P. Arquitetura Construtiva: proposições para a produção material da arquitetura contemporânea no Brasil. São Paulo. Tese de doutorado. Fauusp, 2005.
- Lefèvre, H. O Direito à Cidade. São Paulo: Centauro, 2001.
- Leme, M.C.S. (Org) Urbanismo no Brasil (1895-1965). São Paulo: Studio Nobel, Fupan, 1999
- Mota, C. G (1977). Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). São Paulo: Ática, 1994.
- Nogueira, M. A. Positividades e Negatividades da herança ibérica: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda. DVD 427, 50 min IN LAHUERTA Milton *Intérpretes do Brasil no século XX*. TV Cultura, Espaço cultural CPFL, 2000.
- Novais, F. [depoimento] 2011 in PRADO JR. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Novais, F. Sobre Caio Prado Jr. In *Aproximações. Estudos de História e Historiografia*. São Paulo: Cosacnaify, 2005.
- Pereira, L. Urbanização e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- Prado Jr, C. (1942) *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- Reis Filho, N. G. Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana do Brasil (1500 a 1720). São Paulo: Pioneira, 1968.
- Ribeiro, R. A. A aliança para o progresso e as relações Brasil-EUA. Campinas, Tese de doutorado IFCH UNICAMP, 2006.
- s.HRu... s.HRu sem. de habitação e reforma urbana. Rio de Janeiro: *Arquitetura*, N. 14 Setembro de 1963 p. 17 a 24.
- s.HRu... s.HRu um seminário de habitação e reforma urbana. Rio de Janeiro: *Arquitetura*, N. 13 Julho de 1963 p. 14

Santos, M. A (1993) A Urbanização Brasileira. São Paulo: Edusp, 2009.

Seminário...Seminário de Habitação e Reforma Urbana. Rio de Janeiro: Arquitetura, N. 12
Junho de 1963 p. 23 e 24.

Singer, P. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo: Editora Nacional,
1968.

Wilheim, J. A tal reforma urbana. Rio de Janeiro: Arquitetura, N. 21 Março de 1964 p. 14 a 16.

Wilhem, J. Urbanismo no Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Saga, 1969.